

Conferência não proíbe trabalho infantil

A proibição pode entrar na declaração final da conferência, mas tem a oposição da Índia e da Organização Internacional do Trabalho

REALI JÚNIOR
Agência Estado

OSLO - A Conferência Internacional sobre o Trabalho das Crianças, que será encerrada hoje, em Oslo, está enfrentando dificuldades para incluir na sua declaração final um item, redigido em termos claros, proibindo qualquer trabalho infantil que possa impedir a criança de frequentar regularmente a escola. Países como a Índia, além de outros onde o trabalho infantil ocupa espaço importante na produção, se manifestaram contra essa declaração defendida pela Unicef, mas vista também com reservas pela OIT, a Organização Internacional do Trabalho.

No Brasil, segundo o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, esse é um debate mais conceitual do que político, lembrando que a posição brasileira é de apoiar toda iniciativa que promova a remoção das crianças das ruas para as escolas, um sonho que um dia vai se tornar realidade, segundo ele. No âmbito da OIT está se trabalhando a aprovação, durante a reunião de junho de 1998, de uma nova convenção em que se consolida os direitos fundamentais do trabalhador. O ministro Paulo Paiva citou, entre os direitos coletivos, a autonomia e liberdade sindicais e a livre negociação.

FORÇADO - Na área dos direitos individuais, a OIT vai se pronunciar claramente pela não discriminação, não apenas de raça, mas também de sexo etc., além da eliminação do trabalho infantil e do chamado trabalho forçado. Esse é, segundo Paulo Paiva, o foro principal para o Brasil, cuja estratégia de Governo é a abolição do trabalho infantil. Esse é também o objetivo do Governo da Noruega, cujo primeiro-ministro, Kjell Magne Bondevik, falando na abertura da parte política do encontro, revelou que seu país pretendia contribuir financeiramente, anunciando um crédito de 200 milhões de coroas norueguesas, cerca de 35 milhões de dólares, para os programas de

combate do trabalho infantil.

O primeiro-ministro norueguês considera que a pobreza encontra-se na raiz desse problema, atingindo fortemente os direitos da criança. A seu ver, o trabalho infantil é causa e consequência da pobreza, um círculo vicioso que precisa ser combatido. Por isso a prioridade é retirar a criança desse meio de trabalho inadequado, estabelecendo-se um diálogo com a sociedade civil, mas também com as próprias crianças, que devem ser ouvidas quando se trata de decisões que deverão afetá-las diretamente.

Bondevik anunciou um aumento da ajuda ao desenvolvimento de seu país, que poderá passar de 1% para 1,3% do PIB. A Noruega é um dos poucos países desenvolvidos que cumpre integralmente essa decisão, honrando o compromisso assumido. Em seu discurso, logo após a fala do primeiro-ministro, Ruth Cardoso disse que o problema só pode ser solucionado se tiver essa dimensão internacional. Ela lembrou as experiências da bolsa-escola, que têm se multiplicado nos governos municipais, estaduais e federal.

Ruth Cardoso explicou que, no Brasil, o Ministério do Trabalho centraliza o grupo de trabalho que estuda as medidas que visam abolir o trabalho das crianças. Ela discorda, entretanto, do primeiro-ministro da Noruega, convencida que a causa do problema não é apenas a pobreza, pois existem também outros fatores importantes. Segundo a primeira-dama brasileira, as soluções devem ser adaptadas a situações diversas, pois nem sempre a realidade é a mesma nos países e, inclusive, em regiões de um mesmo país. As situações diversas devem ter intervenções específicas e qualquer trabalho que impeça a criança de ir à escola é inaceitável, disse ela.

NA ESCOLA - Ruth Cardoso também não aceita o argumento de certa classe média brasileira que afirma que é melhor uma criança trabalhando do que na rua. A seu ver, "lugar de criança não é em fábrica,

mas sim na escola". Um acordo entre o Governo do Brasil e as empresas aéreas, nacionais e estrangeiras, vai entrar em vigor no mês de novembro com o objetivo de coibir o turismo sexual, pois alguns Estados brasileiros têm sido alvo desse tipo de turismo, proveniente principalmente da Europa. Todas as empresas, no momento da compra da passagem aérea para o Brasil, deverão advertir os turistas de que o Governo de Brasília está punindo com rigor todo indivíduo que buscar manter uma relação sexual com menores de idade.

Essas informações foram reveladas pelo secretário dos Direitos Humanos, José Gregori, que também está participando da reunião de Oslo. Segundo ele, qualquer agência de turismo que mantiver relação comercial com operadores estrangeiros que promovem o turismo sexual terá sua licença automaticamente retirada pela Embratur, que já recebeu instruções nesse sentido.

José Gregori explicou que o Ministério da Justiça já havia assinado acordos com os respectivos ministérios da Itália e Alemanha, países onde se organizavam a maior parte dos chamados "charters sexuais", o que provocou uma queda importante nesse tipo de turismo. Internamente, José Gregori lembrou a recente prisão de duas quadrilhas no Rio e São Paulo, especializadas em fornecer meninas virgens para executivos.

A conferência de Oslo foi organizada em cooperação com o Fundo das Nações Unidas para a Criança e o Adolescente (Unicef), e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Especialistas e ministros de Governo discutirão as soluções para quebrar o ciclo de pobreza que envolve 250 milhões de crianças, menores de 15 anos, em todo o mundo, e que obriga metade delas a trabalhar em tempo integral. Durante as reuniões, os participantes já assistiram a um filme que mostra um grupo de crianças procurando comida no lixo e metal para vender, trabalhando em minas, e até forçadas a entrar no mundo da prostituição.